

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
ATA DA 60ª REUNIÃO

Data: 15 e 16/12 de 2009.

Local: Sala S1 do Edifício Marie Prendi Cruz, localizado no SEPN 505, Lote 2 (acesso pela W2), Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Elisa Monteiro Malafaia (elisa.malafaia@planejamento.gov.br)
- Ministério dos Transportes: Fred Crawford Prado (fred.crawford@transportes.gov.br)
- Ministério das Cidades: Ausente
- Ministério da Integração Nacional: Donivaldo Pedro Martins (donipm@ig.com.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Marco Neves (marco.neves@mma.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - ANA: Nelson Neto de Freitas (nelson.freitas@ana.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Gilberto Hollauer (gilberto.hollauer@mme.gov.br)
- Conselhos Estaduais Espírito Santo/Minas Gerais: Ausente
- Conselhos Estaduais Bahia/Ceará: Ausente
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (comitepardo@ambiente.sp.gov.br)
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Sergio Luis Carlos Cerminaro (sergio.cerminaro@cesp.com.br)
- Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto: Leane Chamma Barbar (leanep@sanepar.com.br)
- Indústrias: Percy Soares Neto (psoares@cni.org.br)
- Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa - ABRH: Oscar de Moraes Cordeiro Netto (omcn@uol.com.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa - ABES: Agenor Zarpelon (agenorz@sanepar.com.br)
- Organizações Não Governamentais: Almacks Luiz Silva (almacks@gmail.com)

DEMAIS PRESENTES:

- Fabiano Chaves da Silva (fabiano.silva@mma.gov.br)
- Martha Regina Von Borstel Sugai (martha.sugai@copel.com)
- Nathália Oliveira Araújo (nathalia.araujo@elabore.com.br)
- Luiz Bezerra de Oliveira (luizbz@codevasf.gov.br)
- Jussara Neves (jussara.neves@corsan.com.br)
- Andrea Figueiredo (andrea@mme.gov.br)
- Marcus Suassuna Santos (marcus.suassuna@mma.gov.br)
- Bruno Alves (bruno.alves@patri.com.br)
- João Carlos Machado (joaocarlos.machado@cidades.gov.br)
- Viviani Alves (viviani.alves@ana.gov.br)
- Lucia Maria Praciano Minervino (lpminervino@mme.gov.br)
- Flávia Medeiros (flavia.medeiros@elabore.com.br)
- Maria Aparecida Pimentel Vargas (vargasma@terra.com.br)

53

54 • RELATORIA:

55

56 ▪ Virgílio de Faria Bretas - MMA (virgilio.bretas@mma.gov.br)

57

58

59

60 ASSUNTOS DISCUTIDOS:

61

62 Ao 15º dia de dezembro do ano de dois mil e nove, com início às -14h30, a Câmara Técnica do
63 Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH do Conselho Nacional de Recursos Hídricos –
64 CNRH realizou sua sexagésima reunião, tendo como relator o Sr. **Virgílio de Faria Bretas**
65 (SRHU/CNRH). [Item 1 – Abertura](#): O presidente da Câmara Técnica no Plano Nacional de
66 Recursos Hídricos – CTPNRH o Sr. **Oscar Cordeiro Netto** (Organizações de Ensino e
67 Pesquisa) iniciou a reunião fazendo sua auto apresentação como representante da Associação
68 Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH e lembrou que já havia sido presidente da CTPNRH
69 em uma ocasião anterior. Seguiu-se, a pedido do presidente da câmara, uma apresentação dos
70 demais presentes. Informou que, pela manhã, havia ocorrido as reuniões dos Grupos de
71 Trabalho: Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano Nacional de Saneamento Básico –
72 GTPLANSAB e do Grupo de Trabalho Revisão da Resolução CNRH 17 – GT Resolução 17.
73 Consultou os participantes sobre inversão de pauta e ficou estabelecido que, após a aprovação da
74 ata, seriam iniciadas as discussões com o Grupo de Trabalho das Unidades de Gestão de
75 Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas de Rios de Domínio da União – GTUGRH. Lembrou
76 que estavam programadas mais duas apresentações para a reunião, mas que, por motivos
77 diversos, foram postergadas. [Item 2 – Aprovação da minuta de Ata da 59ª Reunião](#): Com as
78 contribuições sugeridas pela Sra. **Martha Sugai** (Concessionárias e Autorizadas de Geração
79 Hidrelétrica), o Sr. **Fred Crawford** (Ministério dos Transportes) e o Sr. **Wilson de Azevedo**
80 (Pescadores e Usuários de Águas para o Lazer e Turismo) a ata foi aprovada. Conforme
81 acordado, foi feita inversão de pauta e passou-se para o item 4. [Item 4 – Continuação da análise
82 da proposta de resolução que cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Bacias
83 Hidrográficas de rios de domínio da União – UGRH e estabelece procedimentos complementares
84 para a criação e acompanhamento dos comitês de bacia](#): O Sr. **Oscar Cordeiro Netto**
85 (Organizações de Ensino e Pesquisa) iniciou fazendo um breve histórico do GT UGRH e das
86 atividades desenvolvidas na última reunião da câmara, lembrou que, foi solicitado ao Conselho
87 Nacional de Recursos Hídricos – CNRH uma prorrogação do prazo para a conclusão dos
88 trabalhos do GT. O item 01, juntamente com os “considerandos” da proposta de resolução, foram
89 superados na 59ª reunião da CTPNRH. Fez referência aos aspectos levantados na referida
90 reunião tais como: o questionamento acerca da legalidade da resolução ao limitar procedimentos
91 de criação de comitês de iniciativa local e o conceito de comitês de integração. O Sr. **Wilson de**
92 **Azevedo** (Pescadores e Usuários de Águas para o Lazer e Turismo) fez um comentário dizendo
93 que a atual redação da proposta de resolução não contempla e inviabiliza o comitê de integração.
94 Relatou que, no rio Paranaíba eles estão trabalhando com o conceito de comitê de integração.
95 Ressaltou que tem sugestões para o artigo primeiro e para os “considerandos”. O Sr. **Oscar**
96 **Cordeiro Netto** (Organizações de Ensino e Pesquisa) lembrou que esse assunto é matéria
97 vencida e que na Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL e no plenário do
98 CNRH o assunto será novamente debatido. O Sr. **Fred Crawford** (Ministério dos Transportes)
99 ressaltou que é competência da CTPNRH analisar os aspectos técnicos e legais da proposta de
100 resolução, uma vez que, a Lei nº 9.433/1997 permite a criação de comitês de bacia hidrográfica
101 em três níveis e a proposta de resolução em questão restringe essa permissão. No entendimento
102 do Sr. **Percy Soares Neto** (Indústrias) a câmara deve pensar o *status* do GTUGRH para fazer o
103 encaminhamento da proposta de resolução. Disse ainda que, pelo tamanho proposto das UGRH a
104 alternativa passa a ser o comitê de integração, pois algumas UGRH possuem área muito grande o
105 que dificulta a gestão. A Sra. **Martha Sugai** (Concessionárias e Autorizadas de Geração
106 Hidrelétrica) lembrou que na 59ª reunião ficou acordado que seriam encaminhadas sugestões, o
107 que não ocorreu, lembrou que o sentido da proposta de resolução é dar uma orientação e

108 governabilidade, uma vez que a criação de comitê pode se tornar insustentável e que a existência
109 de um comitê não é garantia de solução dos problemas. Ressaltou que a redação proposta não
110 impede a criação de comitês de integração. A palavra “integração” não está inserida, pois não
111 possui respaldo legal. Segundo a Sra. **Viviane Alves** (Agência Nacional de Águas), a proposta de
112 resolução não afeta os trabalhos no rio Paranaíba e os que estão sendo desenvolvidos na bacia do
113 Rio Grande, estes já seguem as orientações dessa proposta de resolução. O principal assunto
114 discutido foi sobre comitês menores em rios de domínio da união que estariam sendo
115 inviabilizados. Segundo o Sr. **Percy Soares Neto** (Indústrias) os comitês instalados em áreas
116 muito grandes caminham com dificuldade e necessitam de aperfeiçoamento frente aos problemas
117 concretos. O presidente da câmara Sr. **Oscar Cordeiro Netto** (Organizações de Ensino e
118 Pesquisa) disse não ver outra alternativa a não ser esgotar as discussões sobre a inviabilização ou
119 não da criação de comitês e comitês de integração, abordando ainda os aspectos legais
120 relacionados ao tema. Ponderou que a proposta de resolução visa a orientar a implantação de
121 comitês de bacia e que a qualquer momento, o CNRH pode revisar e modificar aquelas UGRH
122 estabelecidas. A Sra. **Martha Sugai** (Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica)
123 lembrou dos critérios que foram levados em conta para estabelecer as UGRH e que o órgão
124 gestor deve dar o suporte técnico para o bom funcionamento destas. O Sr. **Percy Soares Neto**
125 (Indústrias) e o Sr. **Wilson de Azevedo** –(Pescadores e Usuários de Águas para o Lazer e
126 Turismo) rememoraram erros ocorridos no passado em outros comitês de bacias para embasarem
127 suas opiniões de que a proposta é válida, porém deve ser aprimorada. O Sr. **Fred Crawford**
128 (Ministério dos Transportes) ressaltou que a criação de comitês de bacia hidrográfica em rios de
129 domínio da união passa por decreto do Poder Executivo Federal, ficando assim, o redesenho das
130 UGRH subordinados ao chefe do Executivo, após a criação desses comitês. Manifestou sua
131 preocupação com o artigo 2º da proposta de resolução, pois, no seu entendimento, a redação dada
132 a tal artigo fere a Lei nº 9.433/1997 no seu artigo 37, na medida em que, inviabiliza a criação de
133 comitês de bacia hidrográfica em rios de segunda ou de terceira ordem. Segundo o Sr. **Oscar**
134 **Cordeiro Netto** (Organizações de Ensino e Pesquisa) a câmara pode e deve encaminhar a
135 proposta de resolução com uma nota técnica para a CTIL, abordando os aspectos levantados nas
136 discussões e as inquietudes dos membros com relação ao comitê de integração e a divisão das
137 UGRH. O Sr. **Marco Neves** (SRHU/MMA) questionou se a criação de mais comitês nas UGRH,
138 beneficiaria de fato a gestão dos recursos hídricos nessas áreas e se existe uma demanda para a
139 criação de mais comitês em rios de domínio da União. O Sr. **Fred Crawford** (Ministério dos
140 Transportes) sugeriu, como encaminhamento, a devolução da proposta de resolução para o
141 GTUGRH, para que o grupo apresentasse uma matéria mais consistente, sanando as dúvidas
142 existentes. De acordo com a Sra. **Martha Sugai** (Concessionárias e Autorizadas de Geração
143 Hidrelétrica) o grupo encerrou os trabalhos colocando todos os conhecimentos na proposta de
144 resolução sendo inviável a volta da matéria para o GTUGRH. Sugeriu que, após análise da
145 CTPNRH, a proposta seja encaminhada para a CTIL, juntamente com um parecer ressaltando os
146 aspectos levantados nas discussões. O presidente da CTPNRH encaminhou para votação as
147 propostas feitas pelos membros da mesa. Por oito votos as dois, a sugestão da Sra. **Martha**
148 **Sugai** (Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica) foi a vencedora, em detrimento
149 da proposta do Sr. **Wilson de Azevedo** (Pescadores e Usuários de Águas para o Lazer e
150 Turismo), de que o assunto deveria ser mais trabalhado no âmbito da CTPNRH. Seguiu-se para
151 análise do artigo 2º da proposta de resolução. O Sr. **Oscar Cordeiro Netto** (Organizações de
152 Ensino e Pesquisa) levantou a dúvida sobre a possibilidade de criação de um comitê federal
153 dentro de outro comitê federal, de acordo com a redação do artigo 2º. Outro aspecto debatido foi
154 a dificuldade que a proposta de resolução traria para a criação dos comitês, engessando ainda
155 mais as iniciativas locais para resolver problemas locais. Outra preocupação levantada, pelo Sr.
156 **Percy Soares Neto** (Indústrias), foi em relação às “atribuições compartilhadas” e à definição do
157 “arranjo institucional”, visto que, os comitês não possuem personalidade jurídica e não podem
158 celebrar os acordos, ficando esses, a cargo somente da União e Estados ou Distrito Federal,
159 quando for o caso. Como o assunto não foi encerrado, ficou estabelecido que no segundo dia de
160 reunião ele seria retomado, haja vista, já ter ultrapassado o horário previsto para o término dos
161 trabalhos no primeiro dia. O Sr. **Oscar Cordeiro Netto** (Organizações de Ensino e Pesquisa)
162 iniciou o segundo dia de reunião retomando as discussões sobre o artigo segundo da proposta de

163 resolução. De acordo com o Sr. **Fred Crawford** (Ministério dos Transportes), a sua “luta” é para
164 que seja possível se criar comitês de bacia hidrográfica, em todos os três níveis, dentro das
165 UGRH, e não apenas um, como sugere a atual redação da proposta de resolução. Após votação,
166 algumas alterações foram feitas no artigo segundo. O Sr. **Wilson de Azevedo** (Pescadores e
167 Usuários de Águas para o Lazer e Turismo) questionou acerca do item I, II e III do artigo
168 segundo. O que seria “arranjo institucional” e maiores esclarecimentos sobre a “definição de
169 atribuições compartilhadas entre os comitês na UGRH”. A Sra. **Martha Sugai** (Concessionárias
170 e Autorizadas de Geração Hidrelétrica) respondeu dizendo que as atribuições dependerão das
171 características individuais de cada comitê e que o arranjo institucional cabe também ao órgão
172 gestor sendo esse o motivo da separação dos itens II e III. O Sr. **Fred Crawford** (Ministério dos
173 Transportes) questionou sobre a outorga, “a quem ficará o encargo da outorga?”. Segundo a Sra.
174 **Martha Sugai** (Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica), cada caso é um caso e a
175 delegação cabe à Agência Nacional de Águas. O Sr. **Wilson de Azevedo** (Pescadores e Usuários
176 de Águas para o Lazer e Turismo) disse que: enquanto as questões levantadas envolvendo os
177 comitês de integração não forem esclarecidas a resolução ficará prejudicada. A Sra. **Martha**
178 **Sugai** (Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica) relatou que o grupo não se sentiu
179 a vontade para colocar a palavra “integração” na resolução e que da maneira como está redigida,
180 a proposta de resolução contempla essa ideia. Além disso, esclareceu a dúvida do Sr. **Fred**
181 **Crawford** (Ministério dos Transportes) quanto à redação do parágrafo único do artigo segundo.
182 De acordo com ela, pode haver um único comitê dentro de mais de uma UGRH. Dando
183 encaminhamento, o Sr. **Oscar Cordeiro Netto** (Organizações de Ensino e Pesquisa) consultou
184 os membros da câmara, e por sete votos a favor, e quatro abstenções, foi aprovada a inclusão
185 dos incisos I, II e III. Por sugestão do presidente, foi suprimida “da UGRH” da redação original
186 do inciso III. Avançou-se para o artigo terceiro. Ocorreram discussões acerca das penalidades
187 caso as obrigações impostas pelo artigo não sejam cumpridas. O que acontecerá caso o
188 estabelecido não seja feito? O Sr. **Percy Soares Neto** (Indústrias) e o Sr. **Fred Crawford**
189 (Ministério dos Transportes) mostraram preocupação com a finalidade do relatório de atividades.
190 A Sra. **Martha Sugai** (Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica) esclareceu
191 dizendo que o relatório pode ser pela internet e que essa resolução abrange apenas os rios de
192 domínio da união. A intenção com esse artigo terceiro da resolução é fazer com que o CNRH
193 saiba o que está acontecendo nos comitês criados. De acordo com o Sr. **Marcus Suassuna**
194 (SRHU/MMA), é melhor permanecer o artigo do que deixar em aberto o controle das atividades
195 do comitê. Após votação, o artigo terceiro permaneceu na resolução. O Sr. **Wilson de Azevedo**
196 (Pescadores e Usuários de Águas para o Lazer e Turismo) sugeriu a supressão dos itens IV e V
197 uma vez que a estrutura organizacional interna já está contemplada no regimento interno e que as
198 atas e lista de presença não possuem relevância já que os atos deliberativos é que relatam as
199 atividades de fato. Após votação, foi retirado o inciso IV e mantido o inciso V. O Sr. **Wilson de**
200 **Azevedo** (Pescadores e Usuários de Águas para o Lazer e Turismo) reconsiderou sua posição e
201 optou pela manutenção do inciso V. Segundo ele, as atas podem servir para uma eventual
202 auditoria. Passou-se para a análise do parágrafo único. Foi feita votação e votou-se pela
203 manutenção do mesmo. Por sugestão da secretaria de recursos hídricos, tirou-se a palavra
204 “modelo” com o consentimento dos membros. O Sr. **Agenor Zarpelon** (ABES) sugeriu a
205 redação de um parágrafo que contemple penalidades para o caso de os comitês que não
206 cumprirem com as obrigações contidas no artigo terceiro. O Sr. **Fred Crawford** (Ministério dos
207 Transportes) sugeriu a inclusão de um artigo quarto contemplando essas penalidades além do
208 encaminhamento da nota técnica para a CTIL ressaltando essa inquietude. O Sr. **Wilson de**
209 **Azevedo** (Pescadores e Usuários de Águas para o Lazer e Turismo) disse que essa redação deve
210 ser feita pela CTPNRH, uma vez que; esse assunto surgiu no âmbito da CTPNRH. Foi feita
211 votação e ficou estabelecido que, será relatado na nota técnica a ser enviada à CTIL a análise do
212 assunto penalidades pelo não cumprimento do estabelecido no artigo terceiro, ficando a cargo
213 dessa câmara técnica (CTIL) o estabelecimento das sanções. Voltou-se para o debate do artigo
214 primeiro. Após algumas observações feitas pelo Sr. **Fred Crawford** (Ministério dos
215 Transportes) e pelo Sr. **Wilson de Azevedo** (Pescadores e Usuários de Águas para o Lazer e
216 Turismo), o presidente Sr. **Oscar Cordeiro Netto** (Organizações de Ensino e Pesquisa) colocou
217 em votação a volta ou não da análise do artigo primeiro. Os membros da CTPNRH votaram por

218 não retomar as discussões do referido artigo, visto que, é matéria já analisada. Foram feitas
219 pequenas alterações em aspectos formais relativas às datas de revisão do Plano Nacional de
220 Recursos Hídricos. Por sugestão do Sr. **Fred Crawford** (Ministério dos Transportes) foi feita
221 votação para retirar do mapa a UGRH do Rio Paranaíba, pois na realidade o Paranaíba é trecho
222 do próprio rio Paraná, de acordo com a Resolução ANA nº 399/2004. Os membros da CTPNRH
223 optaram por não modificar a proposta de resolução. Ficou a sugestão de incluir esse assunto na
224 nota técnica a ser enviada à CTIL e de aprofundar essa discussão em outra oportunidade. Com
225 essa última votação, foi encerrado os trabalhos de análise da proposta e ficou decidido que esta
226 será enviada à CTIL, juntamente com a nota técnica contendo as inquietudes levantadas durante
227 as discussões. Pediu-se para registrar em ata o esforço do GT UGRH na construção dessa
228 proposta de resolução. [Item 3 – Análise dos ofícios nº 24 e 27/2009/CTIL/CNRH/MMA:](#) foi
229 feito um ofício encaminhado à CTIL questionando acerca da dominialidade do rio Itajaí-Açu
230 com fins de pautar possíveis ações de planejamento. A CTIL respondeu dizendo que a
231 competência para análise do assunto é da Advocacia Geral da União. De acordo com o Sr. **Fred**
232 **Crawford** (Ministério dos Transportes), que fez um breve histórico sobre o assunto, o rio Itajaí-
233 Açu, estadual, possui um trecho de domínio da União, junto a sua foz. O outro ofício discutido
234 foi o que trata da proposta de resolução encaminhada que “*Estabelece diretrizes para a*
235 *articulação entre o gerenciamento de recursos hídricos e o gerenciamento*
236 *costeiro*”. A CTIL respondeu dizendo que firmou o entendimento de que a proposta de
237 resolução não estaria apta a ser analisada, por não estar acompanhada de manifestação da
238 Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e
239 Zonas Costeiras – CTCOST. Por esta razão, devolveram a proposta de resolução. De acordo com
240 a Sra. **Martha Sugai** (Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica), alguns membros
241 da CTPNRH não perceberam as suas sugestões refletidas na proposta da CTCOST, motivo pelo
242 qual foi encaminhado à CTIL a proposta elaborada no âmbito da CTPNRH e que a competência
243 da CTPNRH diz respeito somente à questão dos planos, sendo assim, deveriam discutir junto
244 com a CTCOST a proposta de resolução. A proposta da CTPNRH não foi analisada pela CTIL
245 por este motivo. Com algumas pontuações lembrando do pedido de vista da Indústria no CNRH,
246 foi superado o item 03. [Item 6 – Análise da proposta de detalhamento do Programa IX/PNRH:](#)
247 [“Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro, incluindo Áreas Úmidas”,](#)
248 [encaminhada pela CTCOST:](#) o Sr. **Marco Neves** (SRHU/MMA) entende que o assunto deve ser
249 encaminhado ao Grupo de Integração e articulação – GIA, formado pela SRHU e ANA, uma vez
250 que a proposição inicial saiu deste grupo. O prazo para detalhamento era dezembro de 2009.
251 Ficou decidido que seriam feitas contribuições por e-mail para o GIA endereçadas aos Srs.
252 Marco Neves e Nelson Freitas. O Sr. **Oscar Cordeiro Netto** (Organizações de Ensino e
253 Pesquisa) se candidatou para participar do grupo e –uma reunião prévia à próxima reunião da
254 CTPNRH será programada para discussões e análise das contribuições. [Item 8 – Análise e](#)
255 [discussão das Prioridades da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos –](#)
256 [CTPNRH:](#) a Sra. **Martha Sugai** (Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica)
257 lembrou que o CNRH deve pautar as câmaras e não o contrário como vinha ocorrendo. Lembrou
258 as duas prioridades que foram elencadas para a câmara no ano de 2009 bem como as demais que
259 constam na planilha. Fez um histórico e um relato das prioridades no âmbito da câmara técnica.
260 Surgiu uma dúvida em relação à prioridade número dois sugerida pela indústria e, após consulta,
261 foi esclarecido que o objetivo era verificar se as prioridades nas demais câmaras estão
262 relacionadas com as metas e objetivos do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH. Como
263 ocorreu esse equívoco na interpretação, o assunto não foi apreciado pela câmara no ano de 2009.
264 Como encaminhamento foi recomendado que o segmento que sugeriu a prioridade fizesse um
265 detalhamento explicando e esclarecendo o tema/objetivo para a CTPNRH. [Item 7 –](#)
266 [Apresentação do Senhor Ney Maranhão - Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica -](#)
267 [afluentes da margem direita:](#) o Sr. **Ney Maranhão** (ANA) iniciou a apresentação dizendo que o
268 trabalho ainda está em elaboração e que, em função do convite, aceitou a proposta para
269 apresentação antes de concluídas as atividades. Foram apresentadas as áreas das bacias
270 hidrográficas, aspectos de relevo, vegetação, sócio-econômicos, uso do solo e as interfaces com
271 os recursos hídricos. Foi abordado a situação atual de diversos municípios bem como possíveis

272 transformações que estes possam sofrer em um horizonte próximo. Após a apresentação o
273 presidente da câmara agradeceu o Sr. **Ney Maranhão** (ANA) e abriu espaços para perguntas. O
274 presidente fez ainda uma indagação acerca da reflexão sobre a questão transfronteiriça e o
275 aquecimento global. O Sr. **Ney Maranhão** (ANA) prontamente esclareceu. Apresentação em
276 anexo. [Item 9 – Relato do andamento dos trabalhos do GT PLANSAB](#): devido ao impedimento
277 da coordenadora do GT por motivo de força maior, o Sr. **Agenor Zarpelon** (Organizações
278 Técnicas) começou o relato comentando os resultados dos cinco seminários regionais do Plano
279 Nacional de Saneamento Básico que ocorreram em cada região do país entre outubro e
280 novembro do ano de 2009. Informou que o objetivo dos eventos foi obter a expectativa de futuro
281 sobre a situação do saneamento básico de cada região daqui a 20 anos. No total, participaram dos
282 seminários mais de 500 pessoas, especialmente representantes do poder público municipal e
283 federal, prestadores de serviço e de movimentos populares e dos trabalhadores. Foram levantadas
284 as principais questões que afetam a região com base no mapeamento dos problemas, desafios
285 prioritários e proposições. O Sr. **Agenor Zarpelon** lembrou que os dados da PNSB/IBGE
286 previstos para serem publicados proximamente, auxiliarão na elaboração de um diagnóstico da
287 situação atual do saneamento básico no Brasil mais condizente com a realidade. Concluiu
288 afirmando que o GT está debatendo as interfaces do Plano Nacional de Saneamento Básico e do
289 Plano Nacional de Recursos Hídricos. [Item 10 – Relato do andamento dos trabalhos do GT](#)
290 [Revisão da Resolução nº 17](#): o Sr. **Marco Neves** (SRHU/MMA) relatou que o grupo está na
291 busca de uma resolução mais flexível, dando mais liberdade aos comitês para a construção dos
292 planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas. A estrutura da resolução, considerando o
293 contexto mais atual, está dividida em: definição do plano da bacia, arranjo institucional para
294 definição do plano, articulação com outros planos de recursos hídricos existentes, conteúdo
295 mínimo do plano com mais liberdade para o ente regional, implementação e revisão do plano,
296 condicionantes legais para conteúdo do plano. Outro ponto abordado foi relacionado aos planos
297 onde não existem comitês de bacias e a dinâmica de aprovação dos mesmos. [Item 11 – Assuntos](#)
298 [e informes gerias](#): o Sr. **Marco Neves** (SRHU/MMA) apresentou a portaria que criou o Grupo
299 Integração e Articulação – GIA. Foi informado também que o Conselho Estadual de Recursos
300 Hídricos Minas Gerais e Espírito Santo perderam a representação na câmara em função de
301 atingir o limite máximo de faltas. O presidente da câmara declarou encerrada a reunião
302 agradecendo a presença de todos.

303
304
305
306
307
308
309
310
311
312

Oscar Cordeiro Netto
Presidente da CTPNRH

Virgílio de Faria Bretas
Relator da CTPNRH

313